Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Data: Hora: _____
Ofício nº : _____
Aprovado na 7ª SO,
realizada em 22.06.2021
sendo
_____
Presidente

Ney Vaz Pinto Lyra
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

INDICAÇÃO Nº 168 / 2021

Assunto: Solicita a instalação de uma DDM, Delegacia de Defesa da Mulher, em Bertioga.

Ref: ____/2021

Bertioga, 22 de junho de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente
Nobres Pares

ELISÂNGELA DA SILVA PEDROSO, vereadora com assento nesta Casa Legislativa e no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, apresentar a seguinte **INDICAÇÃO**:

Porta de entrada do atendimento de pessoas com identidade de gênero feminino, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica ou familiar e de infrações contra a dignidade sexual, as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) têm o importante papel de amparar as vítimas, explicando e defendendo seus direitos. Elas vão além da finalidade de punir os agressores.

Dos 5,5 mil municípios brasileiros, pouco mais de 400 têm uma delegacia de atendimento à mulher. Um terço deste total está no Estado de São Paulo, que foi o

primeiro a implantar uma DDM, em 1985. Hoje, o Estado conta com mais de 130 DDMs, sendo que 10 funcionam 24 horas. Na Baixada Santista, apenas Bertioga ainda não tem uma Delegacia da Mulher, que é um importante instrumento de combate à violência contra a mulher.

As DDMs vieram para mudar a forma como as mulheres eram tratadas nas delegacias comuns e a violência doméstica deixou de ser vista, em muitos casos, como "desentendimentos familiares" e passou a ser enquadrada como crime. Neste contexto, a Lei Maria da Penha foi um divisor de águas, criada em 2006, ela visa à proteção das mulheres em situação de violência, salva vidas, pune agressores, fortalece a autonomia das mulheres e cria meios de assistência e atendimento humanizado.

Com a pandemia da Covid, a situação da violência doméstica e a subnotificação de casos passou a ser bastante discutida pela mídia e por entidades de defesa da mulher, criança e adolescente.

Em São Paulo, o aumento no número de medidas protetivas demonstra a relevância da atuação da Delegacia da Mulher. É a autoridade policial quem registra o pedido e remete ao juiz, para apreciação em até 48 horas. Em 2019, foram quase 47 mil medidas protetivas e mais de 52 mil registros em 2020. Nos primeiros quatro meses de 2021, o total já ultrapassa 21 mil, a tendência, portanto, é de crescimento para este ano.

Quanto aos casos de feminicídio no Estado, de janeiro a abril de 2019, foram registrados 55 casos. No mesmo período de 2020, foram 71 registros. Em 2021, foram 53 assassinatos de mulheres em razão do gênero, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Para garantir esse atendimento tão importante às mulheres em situação de risco e de vulnerabilidade, em Bertioga, solicito ao prefeito do Município gestão junto ao Governo do Estado para a implantação na Cidade de uma Delegacia de Defesa da Mulher.

Certa da relevância do tema, peço que seja encaminhada cópia dessa indicação ao secretário de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, Marco Vinholi, o secretário Estadual de Segurança Pública, General João Camilo Pires de Campos, ao diretor do Deinter 6, Manoel Gatto Neto.

Observada as formalidades legais esta é a indicação que vai devidamente subscrita.

Elisângela da Silva Pedroso
Vereadora
1ª Secretária da Câmara Municipal de Bertioga

Ney Vaz Pinto Lyra
Vice-Presidente

Gilmar Barbosa dos Santos
Vereador

Renata da Silva Barreiro
Vereadora